



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2025

(DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA SERVIDORES PÚBLICOS RESPONSÁVEIS LEGAIS POR CRIANÇAS, PARA ACOMPANHAMENTO DESTAS EM CASO DE DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA APROVOU E EU NOS TERMOS DO ARTIGO 56, INCISO III, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA – LEI FEDERAL Nº 8.069/90), PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica assegurado aos Servidores Públicos Municipais, responsáveis legais por crianças com até 11 (onze) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade, o direito à licença para acompanhamento da criança em caso de doença, mediante apresentação de atestado médico que comprove a necessidade de acompanhamento.

§1º A licença será concedida por até 30 (trinta) dias, prorrogável mediante novo atestado médico.

§2º O direito previsto neste artigo aplica-se aos Servidores ocupantes de cargo efetivo, em comissão ou contratados por tempo determinado, vinculados à administração direta, autarquias e fundações do município.

Art. 2º A licença será considerada como licença por motivo de doença em pessoa da família, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Votuporanga e não acarretará prejuízo à remuneração, à avaliação funcional ou aos direitos previdenciários do servidor.

Art. 3º Para a concessão da licença, deverá ser apresentado atestado médico contendo:

I – identificação do profissional de saúde responsável, com número de registro no respectivo conselho de classe;

II – diagnóstico ou Código Internacional de Doenças (CID), com a devida autorização, se necessária;

III – tempo estimado de necessidade de acompanhamento da criança;

IV – identificação da criança e comprovação do vínculo legal com o responsável (certidão de nascimento, termo de guarda, tutela ou adoção).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Plenário “Dr. Octávio Viscardi”, 28 de abril de 2025.

VEREADOR EMERSON PEREIRA
AUTOR

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Este Projeto de Lei tem como objetivo assegurar às servidoras públicas municipais e aos demais servidores responsáveis legais por crianças o direito de acompanhá-las em caso de doença, garantindo o cuidado necessário no período de recuperação e protegendo o vínculo familiar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), em seu art. 4º, estabelece o dever do Estado e da sociedade em assegurar, com prioridade absoluta, os direitos das crianças, incluindo o direito à saúde e à convivência familiar.

Além disso, a Lei Orgânica do Município de Votuporanga estabelece a proteção integral da infância como dever do poder público municipal.

Assim, a presente proposta visa assegurar condições adequadas para que servidoras e servidores exerçam seus papéis de cuidadoras e cuidadores, sem prejuízos funcionais ou salariais.

Documento enviado para assinatura ao(s): EMERSON PEREIRA.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.

Praça "Vereador Viana Filho" – Vila América
CEP 15.502.105 – Fone/Fax (17)3421.1188 – 0800 775 1188
CNPJ 49.677.917/0001-14
www.camaravotuporanga.sp.gov.br

